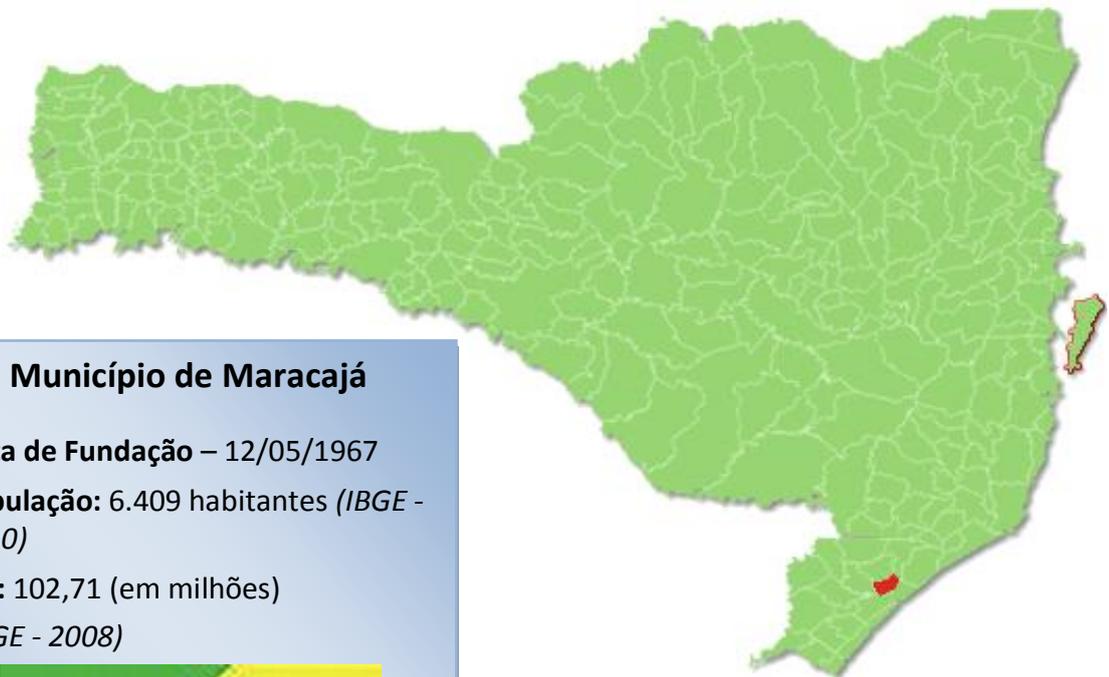




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Maracajá

Data de Fundação – 12/05/1967

População: 6.409 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 102,71 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	6
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	7
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	15
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB.....	22
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	25
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	25
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	30
8. OUTRAS RESTRIÇÕES	32
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	32
CONCLUSÃO.....	32
ANEXO	35

PROCESSO	PCP 11/00167002
UNIDADE	Município de Maracajá
RESPONSÁVEL	Sr. Wagner da Rosa - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	4673/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Maracajá, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Maracajá, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 03/11/2011.

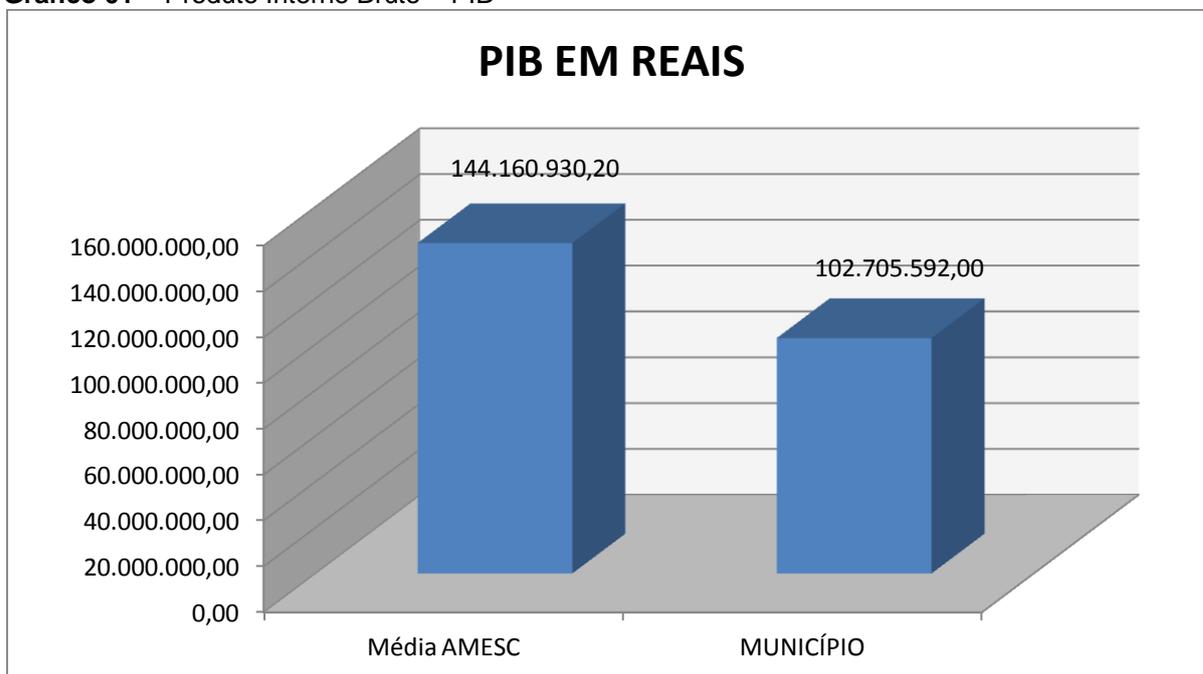
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A construção da estrada-de-ferro Dona Tereza Cristina, em 1920, trouxe à região de Maracajá imigrantes açorianos e alemães. Foi o início da colonização da localidade, chamada na época de Morretes, o nome mudou para que não fosse confundido com o da cidade de Morretes, no Paraná. Maracajá significa “gato-do-mato” em tupi-guarani. Um dos principais personagens da História da cidade é frei Euzébio Ferretto, responsável direto pela emancipação do município. Frei Euzébio chegou à região em 19 de janeiro de 1956, vindo da cidade de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul. Em 1959, ele comandou a construção da primeira igreja da cidade, a da Imaculada Conceição. A influência de frei Euzébio na comunidade foi imensa: ele receitava chás, identificava doenças, demarcou os limites do município e ajudou a eleger prefeitos. Foi um dos maiores defensores da emancipação, que aconteceu em 1967. Em 1974, frei Euzébio transferiu-se para Toledo, no Paraná.

O Município de Maracajá tem uma população estimada em 6.409² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,81³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 102.705.592,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 16.754,58, considerando uma população estimada em 2008 de 6.130 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Maracajá encontra-se na seguinte situação:

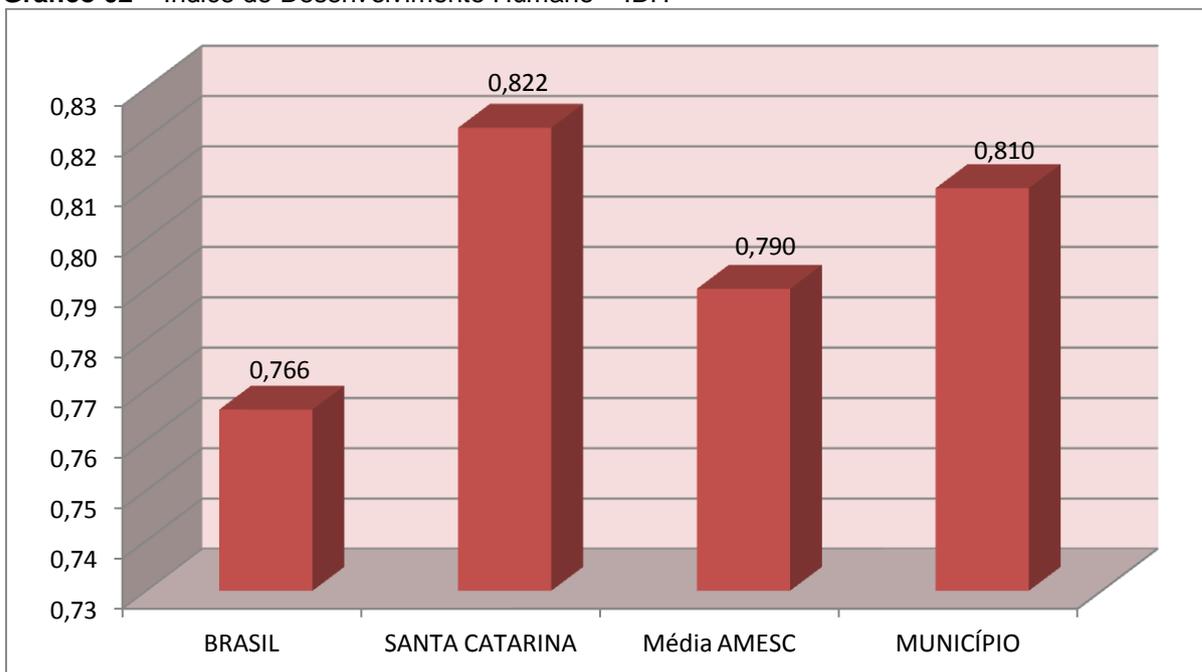
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	11.727.500,00
PPA	781/2009	22/07/2009	DESPESA FIXADA	11.727.500,00
LDO	785/2009	03/09/2009		
LOA	789/2009	03/09/2009		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	11.727.500,00	11.933.733,49	101,76
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	12.943.180,33	11.174.663,88	86,34
Superávit de Execução Orçamentária		759.069,61	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Resultado Consolidado	Resultado do RPPS	Resultado s/ RPPS
RECEITA	11.933.733,49	782.916,49	11.150.817,00
DESPESA	11.174.663,88	530.703,72	10.643.960,16
Superávit de Execução Orçamentária	759.069,61	252.212,77	506.856,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 759.069,61**, correspondendo a **6,36%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 759.069,61, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 546.696,27 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 212.373,34.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência o município apresentou Superávit de R\$ 506.856,84.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Maracajá nos últimos 5 anos:

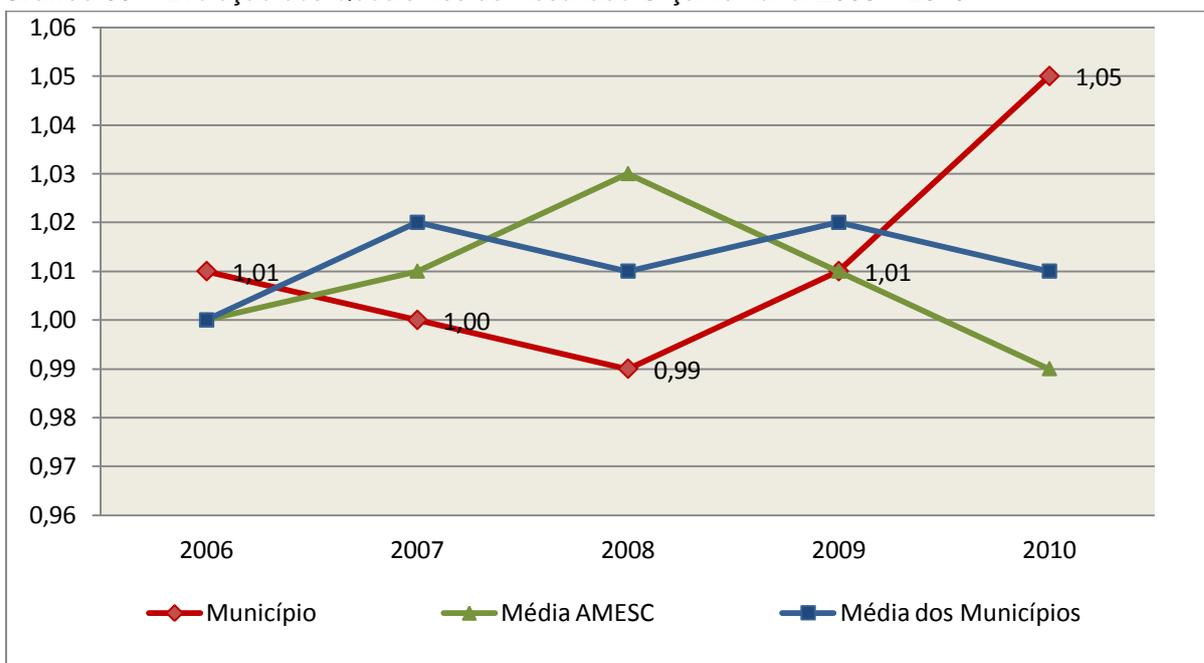
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – **Excluído RPPS** – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	6.738.017,89	7.936.783,70	9.419.032,53	10.006.929,72	11.150.817,00
2	Despesa executada	6.700.105,22	7.917.891,26	9.539.563,14	9.875.830,56	10.643.960,16
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,01	1,00	0,99	1,01	1,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 11.933.733,49**, equivalendo a **101,76%** da receita orçada.

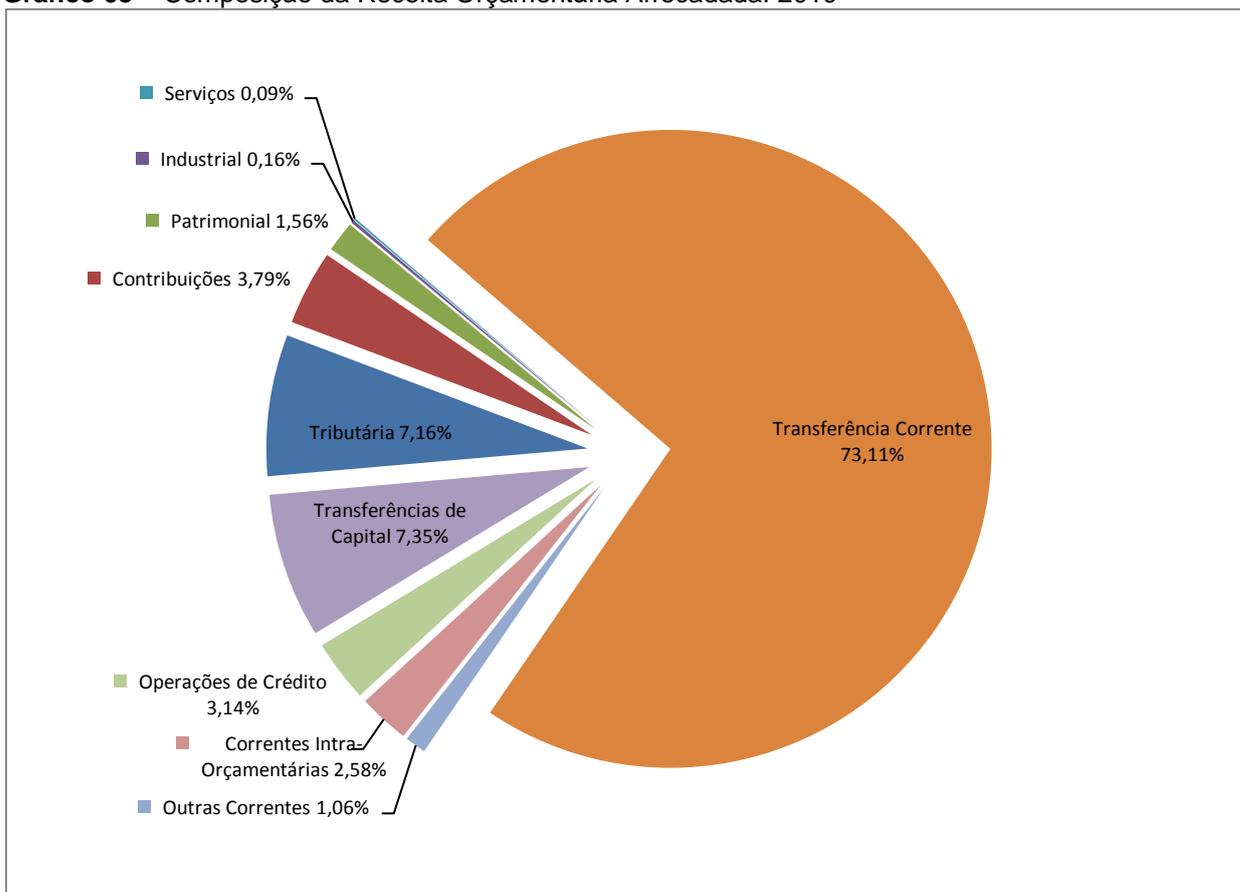
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	935.200,00	854.482,13	91,37
Receita de Contribuições	550.000,00	452.809,50	82,33
Receita Patrimonial	117.300,00	185.713,74	158,32
Receita Industrial	10.000,00	19.545,33	195,45
Receita de Serviços	5.500,00	10.777,26	195,95
Transferência Corrente	9.512.500,00	8.724.970,52	91,72
Outras Receitas Correntes	272.000,00	126.749,25	46,60
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	290.000,00	307.728,57	106,11
Operações de Crédito	2.000,00	374.400,00	18.720,00
Alienação de Bens	30.000,00	-	-
Transferências de Capital	3.000,00	876.557,19	29.218,57
TOTAL DA RECEITA	11.727.500,00	11.933.733,49	101,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

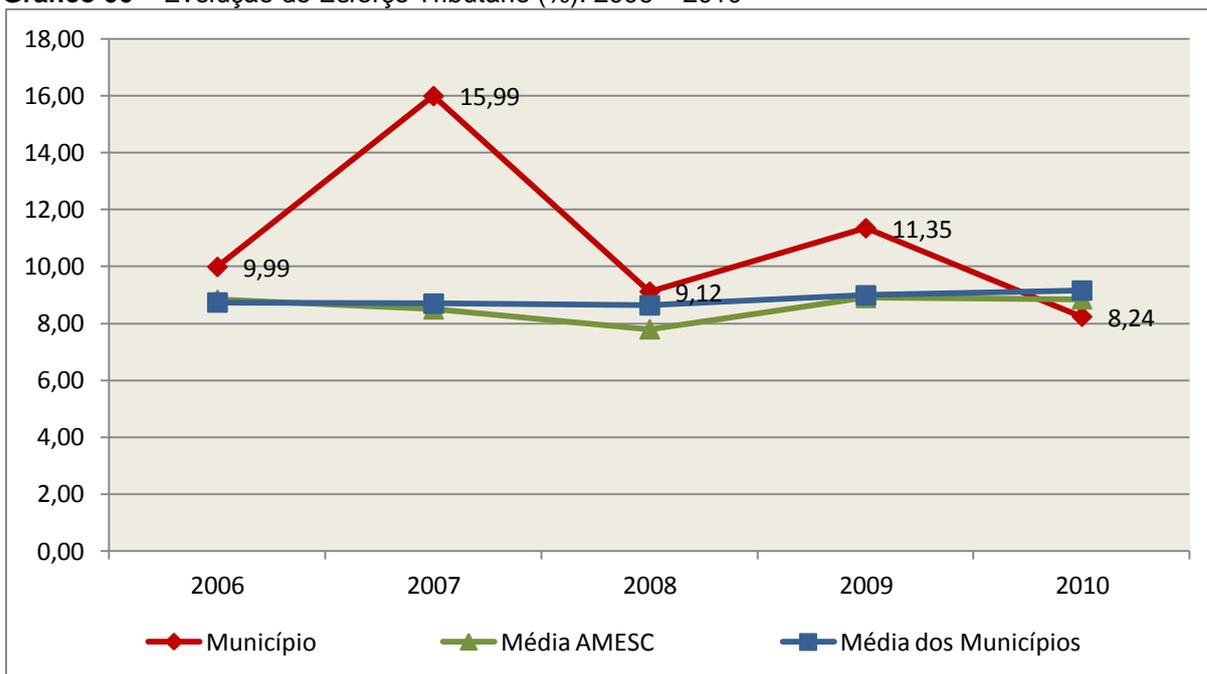


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **73,11%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

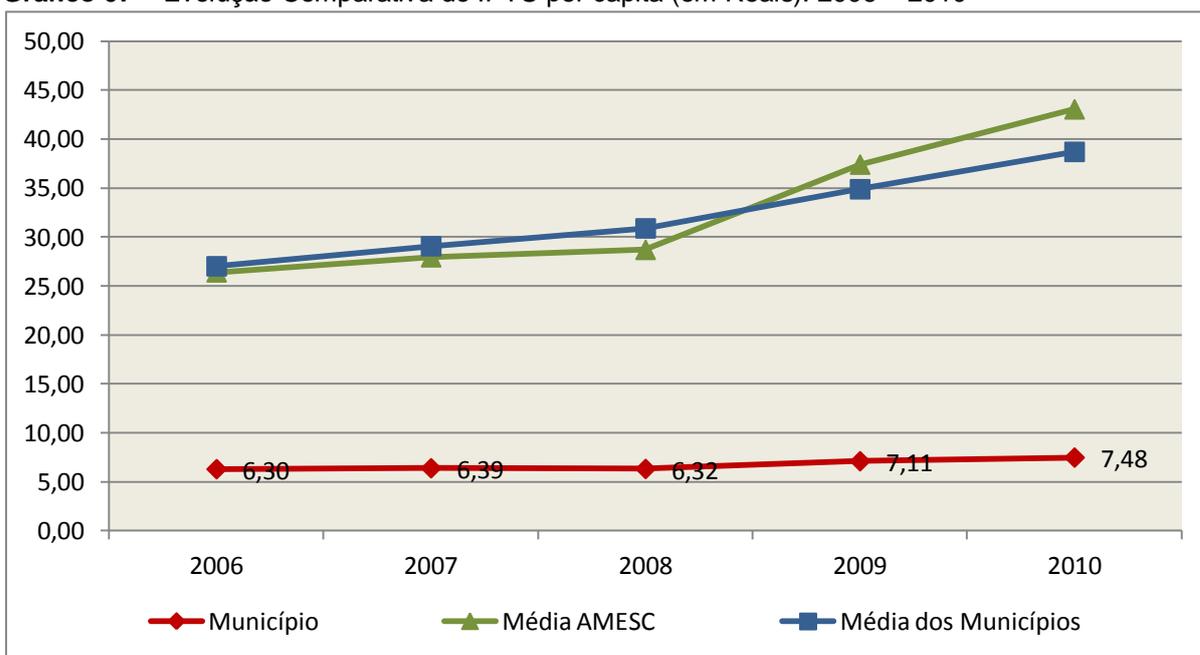


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

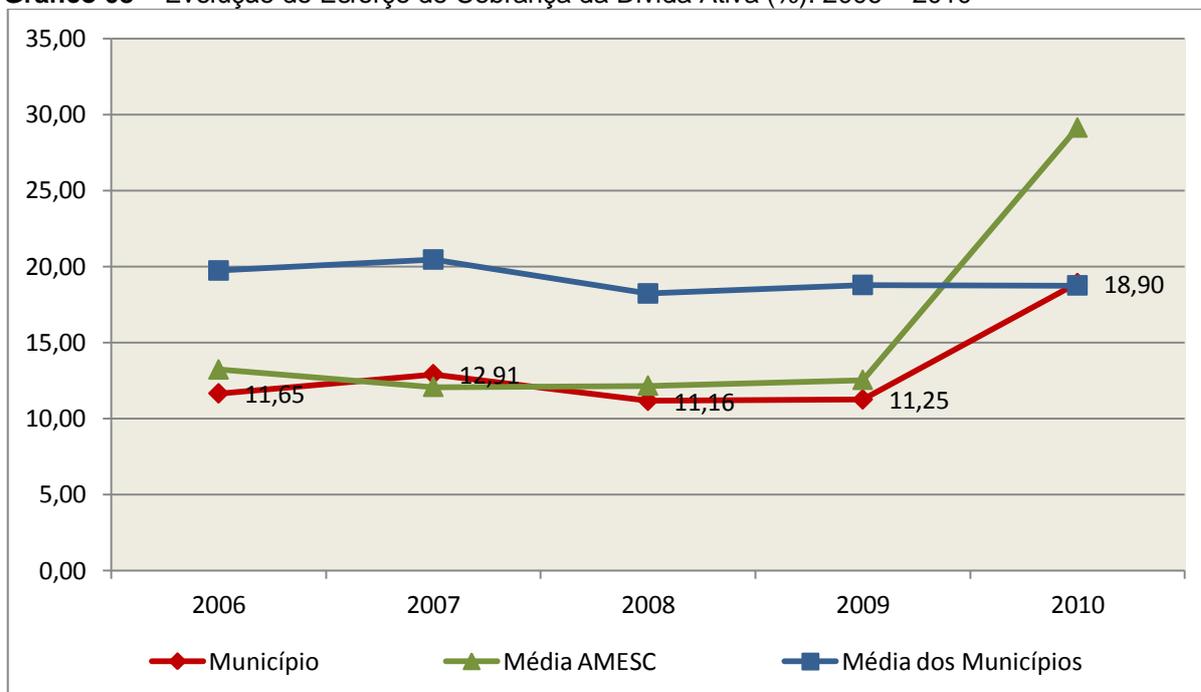
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
464.323,22	92.979,36	647.903,88	0,00	87.737,23	0,00	1.117.469,23

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	580.800,00	554.302,83	95,44
04-Administração	1.402.110,00	1.376.375,38	98,16
06-Segurança Pública	26.000,00	11.403,22	43,86
08-Assistência Social	279.500,00	238.028,66	85,16

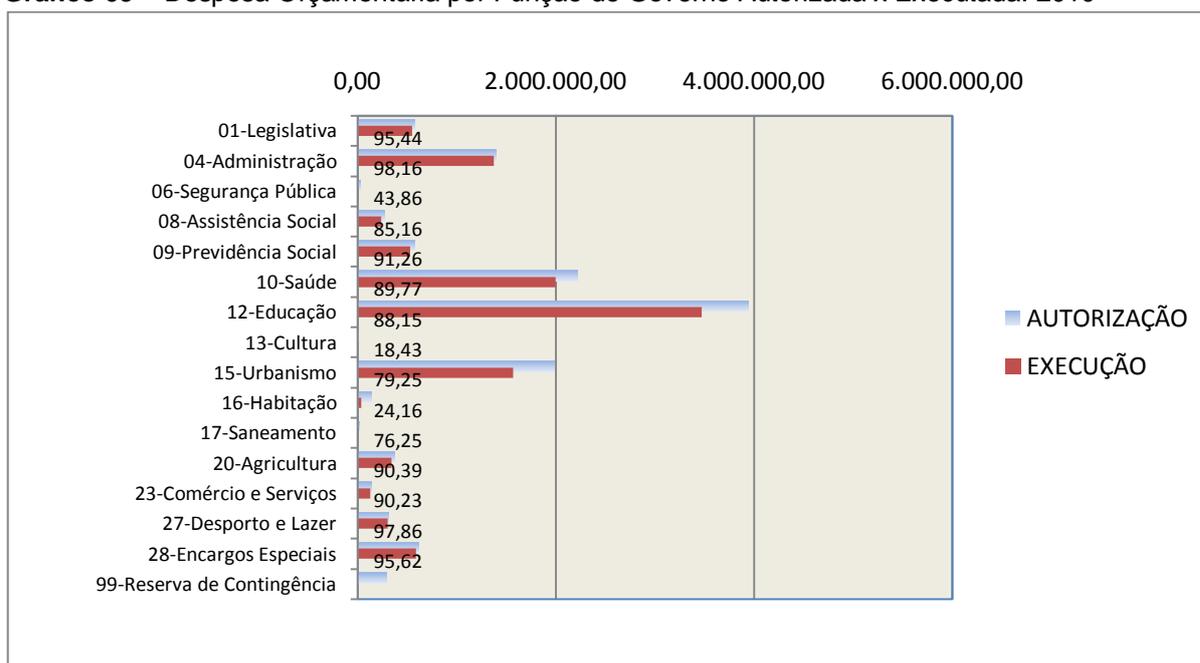
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
09-Previdência Social	581.500,00	530.703,72	91,26
10-Saúde	2.224.558,95	1.996.983,38	89,77
12-Educação	3.943.032,56	3.475.628,17	88,15
13-Cultura	3.749,00	690,76	18,43
15-Urbanismo	1.985.605,00	1.573.501,90	79,25
16-Habitação	147.500,00	35.638,74	24,16
17-Saneamento	19.000,00	14.486,70	76,25
20-Agricultura	377.529,00	341.235,02	90,39
23-Comércio e Serviços	140.675,00	126.937,01	90,23
27-Desporto e Lazer	312.620,82	305.934,69	97,86
28-Encargos Especiais	620.000,00	592.813,70	95,62
99-Reserva de Contingência	299.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	12.943.180,33	11.174.663,88	86,34

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	287.505,56	357.518,30	398.518,70	507.212,49	554.302,83
04-Administração	919.771,00	1.061.620,55	1.222.288,45	1.231.768,97	1.376.375,38
06-Segurança Pública	15.901,55	16.838,06	14.340,96	17.103,71	11.403,22
08-Assistência Social	174.541,26	205.577,04	187.723,40	201.979,88	238.028,66
09-Previdência Social	241.284,66	291.555,00	281.837,00	316.190,20	530.703,72
10-Saúde	1.467.726,45	1.554.237,37	1.891.698,26	1.816.117,53	1.996.983,38
12-Educação	1.682.069,64	2.167.695,52	3.180.536,45	2.719.848,26	3.475.628,17
13-Cultura	1.412,00	196,20	2.269,87	2.919,41	690,76
15-Urbanismo	1.374.363,89	1.461.870,98	1.627.300,94	2.430.784,08	1.573.501,90
16-Habitação	32.610,57	58.747,93	83.677,18	86.959,49	35.638,74
17-Saneamento	56.055,20	218.994,76	47.832,30	30.879,01	14.486,70
20-Agricultura	269.509,46	296.391,47	318.345,64	286.136,94	341.235,02
23-Comércio e Serviços	43.585,70	69.375,50	169.170,31	65.254,94	126.937,01
27-Desporto e Lazer	93.762,65	140.643,87	39.827,20	41.979,95	305.934,69
28-Encargos Especiais	281.290,29	308.183,71	356.033,48	436.885,90	592.813,70
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	6.941.389,88	8.209.446,26	9.821.400,14	10.192.020,76	11.174.663,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	47.936,59	0,56
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	568.794,72	6,61
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	59.253,66	0,69
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	50.022,94	0,58
Cota do ICMS	3.175.087,73	36,88
Cota-Parte do IPVA	465.600,02	5,41
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	55.408,38	0,64
Cota-Parte do FPM	4.098.742,85	47,60
Cota do ITR	3.391,09	0,04

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	20.356,68	0,24
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	54.407,49	0,63
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.934,64	0,13
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.609.936,79	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	11.894.411,39
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.519.363,66
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	317.979,64
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.057.068,09

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Maracajá (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	1.751.708,17	2.751.832,94	Financeiro	82.163,22	323.218,38
Disponível	1.751.708,17	2.751.832,94	Depósitos	62.029,57	82.899,83
Bancos Conta Movimento	1.751.708,17	2.751.832,94	Consignações	62.029,57	82.899,83
			Restos a Pagar	20.133,65	240.318,55
			Obrigações a Pagar	20.133,65	240.318,55
Permanente	4.970.810,74	6.342.983,62	Permanente	733.634,48	745.380,84
Dívida Ativa	464.323,22	1.117.469,23	Dívida Fundada	436.401,12	520.125,16
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	-	135.837,41	Débitos Consolidados	297.233,36	225.255,68
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	464.323,22	981.631,82	Dívidas Renegociadas	60.796,44	18.616,44
			Obrigações a Pagar	15.192,32	-
			Obrigações Legais e Tributárias	221.244,60	206.639,24
Imobilizado	4.506.487,52	5.225.514,39	PASSIVO REAL	815.797,70	1.068.599,22
Bens Móveis e Imóveis	4.506.487,52	5.225.514,39	SALDO PATRIMONIAL	5.906.721,21	8.026.217,34
Bens Imóveis	2.865.946,20	2.935.953,55	Ativo Real Líquido	5.906.721,21	8.026.217,34
Bens Móveis	1.640.541,32	2.289.560,84			
ATIVO REAL	6.722.518,91	9.094.816,56	TOTAL	6.722.518,91	9.094.816,56
SALDO PATRIMONIAL		0,00			
TOTAL	6.722.518,91	9.094.816,56			

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.751.708,17	2.751.832,94	1.000.124,77
Passivo Financeiro	82.163,22	323.218,38	241.055,16
Saldo Patrimonial Financeiro	1.669.544,95	2.428.614,56	759.069,61
Ativo Financeiro do RPPS	1.320.194,72	1.573.205,11	253.010,39
Passivo Financeiro do RPPS	5.132,10	5.929,72	797,62
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS	354.482,33	861.339,17	506.856,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 861.339,17** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,27** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 506.856,84** passando de um Superávit de **R\$ 354.482,33** para um Superávit de **R\$ 861.339,17**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 803.195,73**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

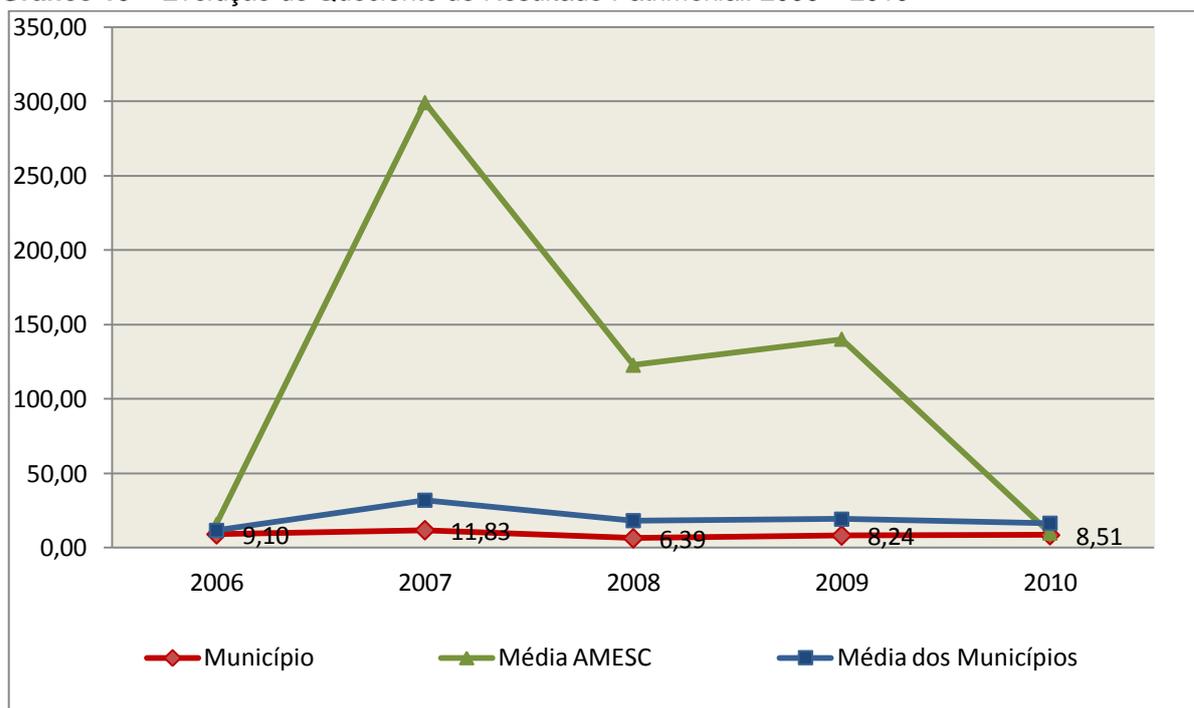
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	6.941.389,88	8.209.446,26	9.821.400,14	10.192.020,76	11.174.663,88
2 Restos a Pagar	1.119,22	15.153,20	448.515,90	20.133,65	240.318,55
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS	371.031,23	407.353,85	722.819,38	431.513,45	1.178.627,83
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS	47.129,11	63.440,07	499.436,21	77.031,12	317.288,66
5 Ativo Real	3.911.083,34	4.528.632,99	5.786.841,63	6.722.518,91	9.094.816,56
6 Passivo Real	429.880,11	382.727,74	905.461,41	815.797,70	1.068.599,22
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	9,10	11,83	6,39	8,24	8,51
Situação Financeira (3÷4)	7,87	6,42	1,45	5,60	3,71
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,02	0,18	4,57	0,20	2,15

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



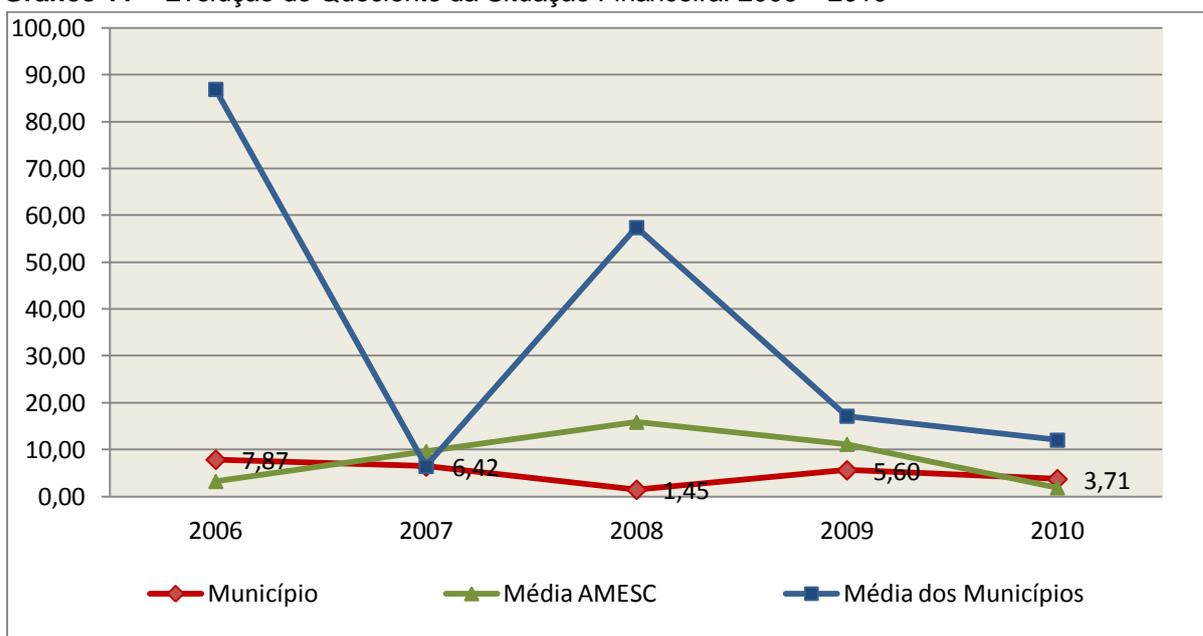
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **8,51** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

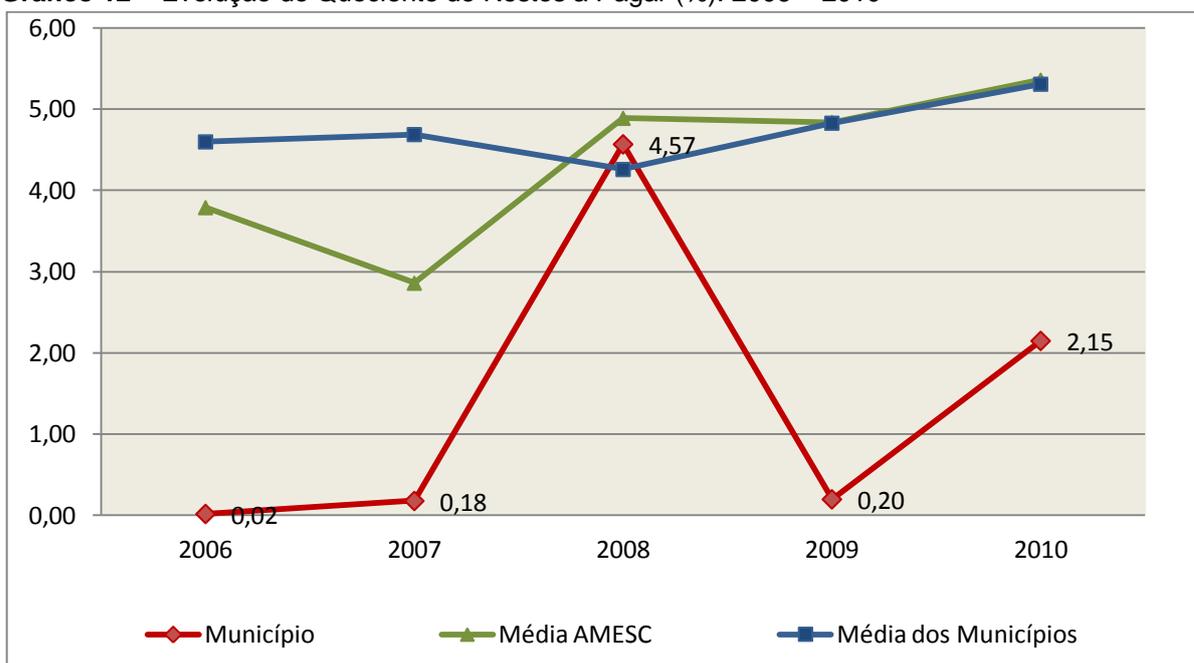
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **3,71** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Maracajá é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,15%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.609.936,79	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.926.889,20	22,38
Atenção Básica (10.301)	1.926.889,20	22,38
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	367.676,39	4,27
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.559.212,81	18,11
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.291.490,52	15,00
Valor Acima do Limite	267.722,29	3,11

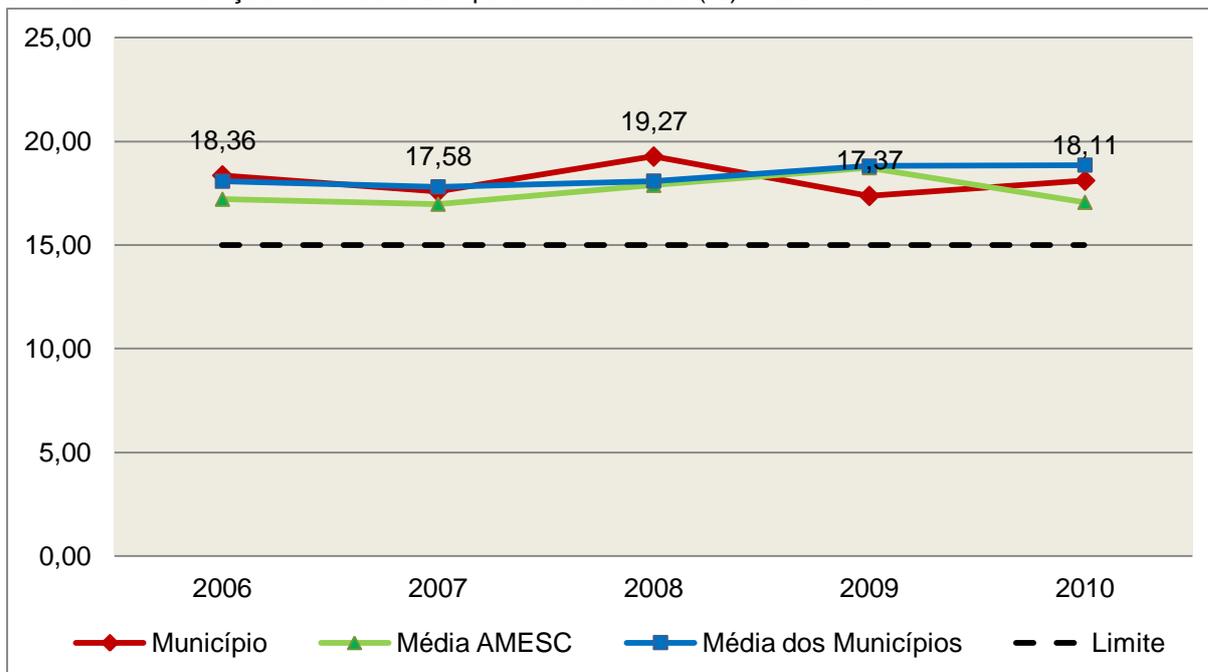
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.559.212,81**, correspondendo a um percentual de **18,11%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

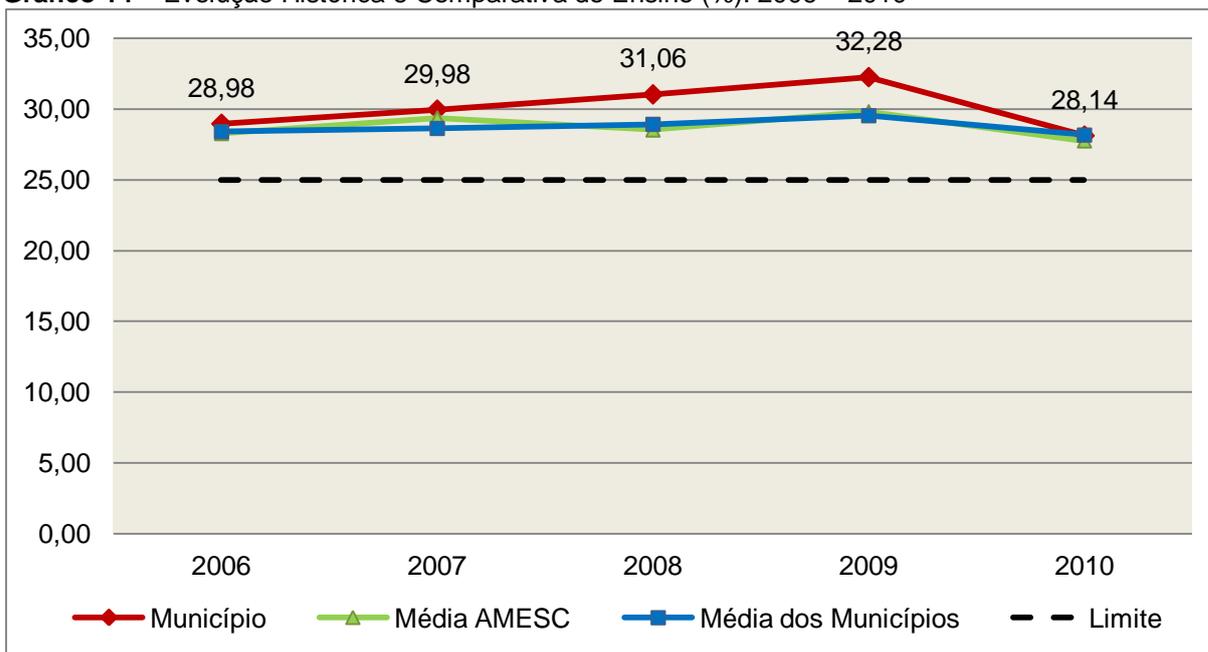
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.609.936,79	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	267.517,19	3,11
Educação Infantil (12.365)	267.517,19	3,11
Valor Aplicado Ensino Fundamental	3.093.356,09	35,93
Ensino Fundamental (12.361/12.366/12.367)	3.093.356,09	35,93
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	940.684,27	10,93
(+) Perda com FUNDEB	8.847,77	0,10
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras – Sistema e-Sfinge, fls. 623 625 dos autos	5.896,63	0,07
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.423.140,15	28,14
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.152.484,20	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	270.655,95	3,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.423.140,15** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,14%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 270.655,95**, representando **3,14%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Maracajá** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

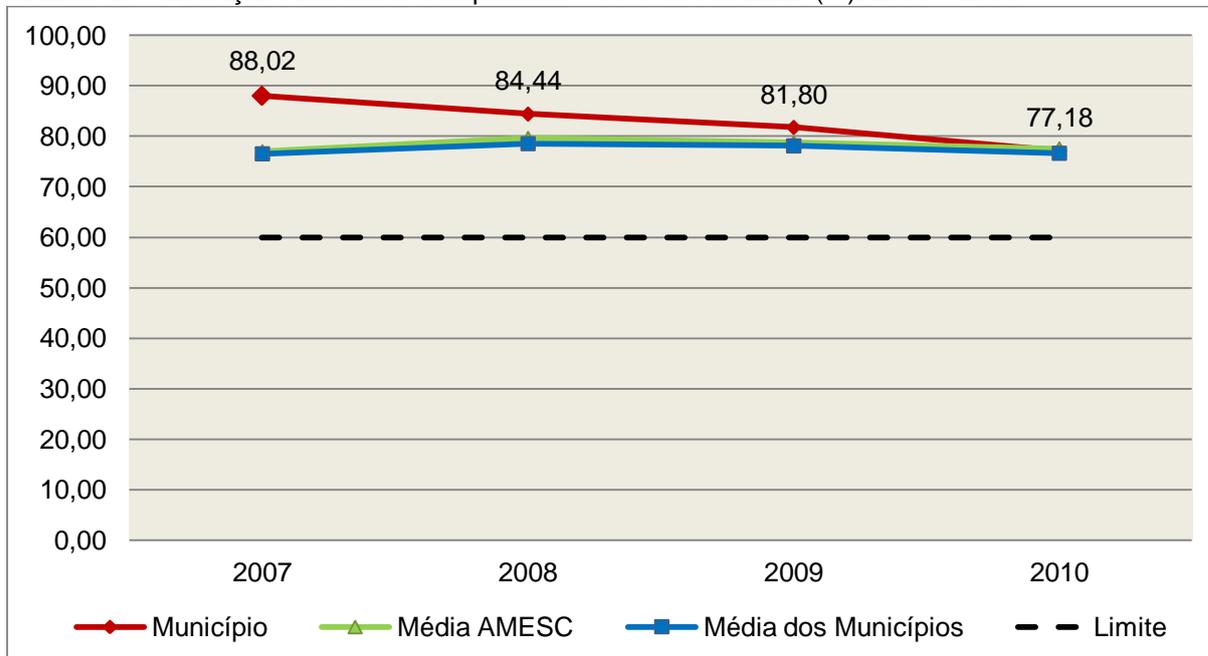
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.510.515,89
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB – Sistema e-Sfinge, fls. 623 625 dos autos	5.896,63
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.516.412,52
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	909.847,51
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB – Sistema e-Sfinge - Fonte 18, fls. 626 a 630 dos autos	1.170.382,84
Valor Acima do Limite	260.535,33

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.170.382,84**, equivalendo a **77,18%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo

60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

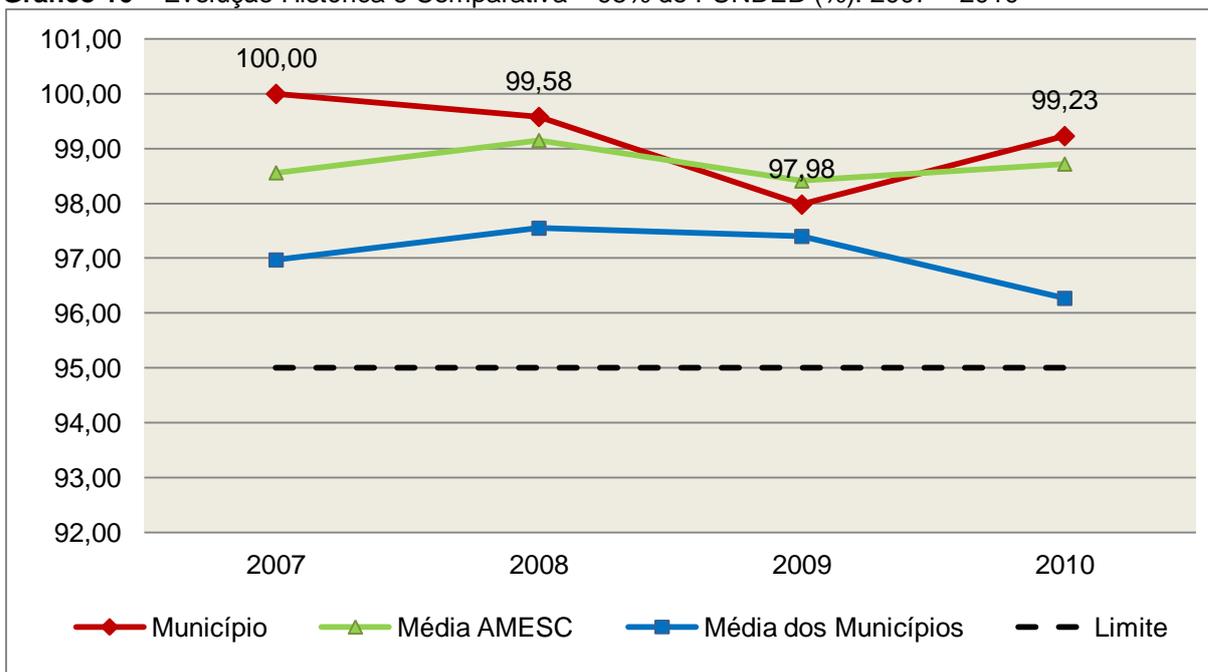
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.516.412,52
95% dos Recursos do FUNDEB	1.440.591,89
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira – Apêndice 2	1.504.733,27
Valor Acima do Limite	64.141,38

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.504.733,27**, equivalendo a **99,23%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Maracajá ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município realizou despesas no valor de **R\$ 16.246,89**, mediante abertura de crédito adicional, após o 1º trimestre, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (cfe Dec. Nº 397/2010 – fl. 633 dos autos), caracterizando as seguintes restrições:

5.2.2.a. Realização de despesas com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 16.246,89** mediante abertura de crédito adicional **após** o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

5.2.2.b. Ausência de realização de despesas com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 5.443,13** mediante abertura de crédito adicional até o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007).

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

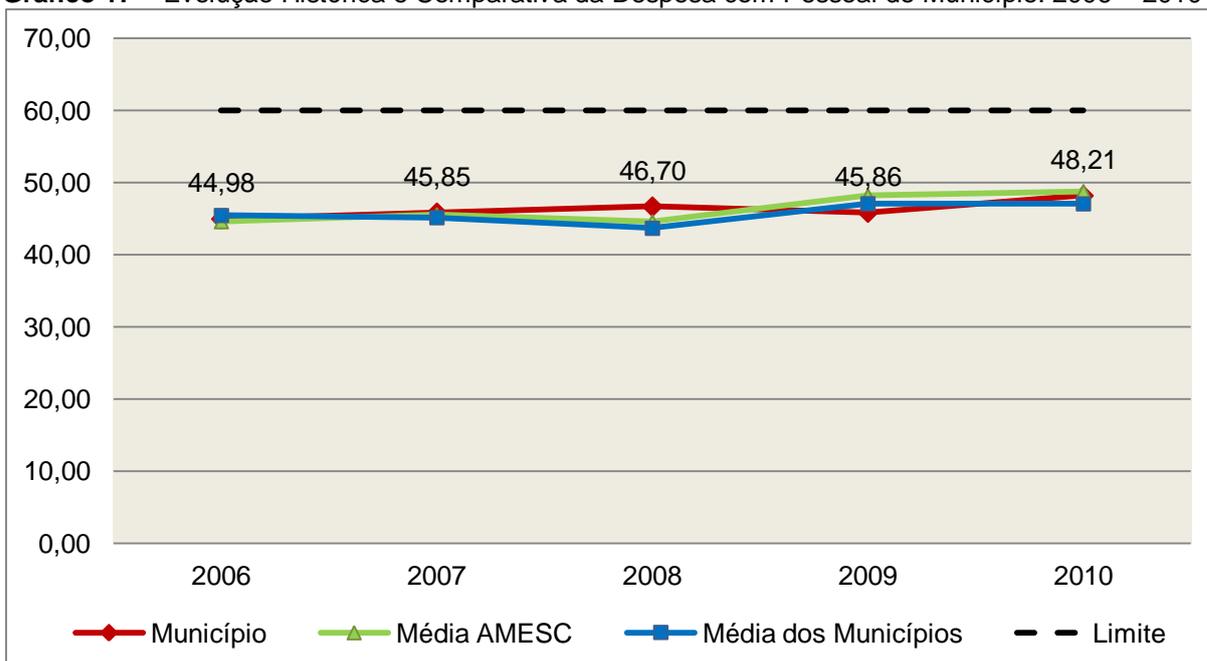
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.057.068,09	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.034.240,85	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.744.355,32	47,17
Pessoal e Encargos	4.744.355,32	47,17
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	433.727,64	4,31
Pessoal e Encargos	433.727,64	4,31
Total das deduções das despesas com pessoal*	329.519,17	3,28
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	4.848.563,79	48,21
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.185.677,06	11,79

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **48,21%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Maracajá, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.057.068,09	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.430.816,77	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.744.355,32	47,17
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	329.519,17	3,28
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.414.836,15	43,90
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.015.980,62	10,10

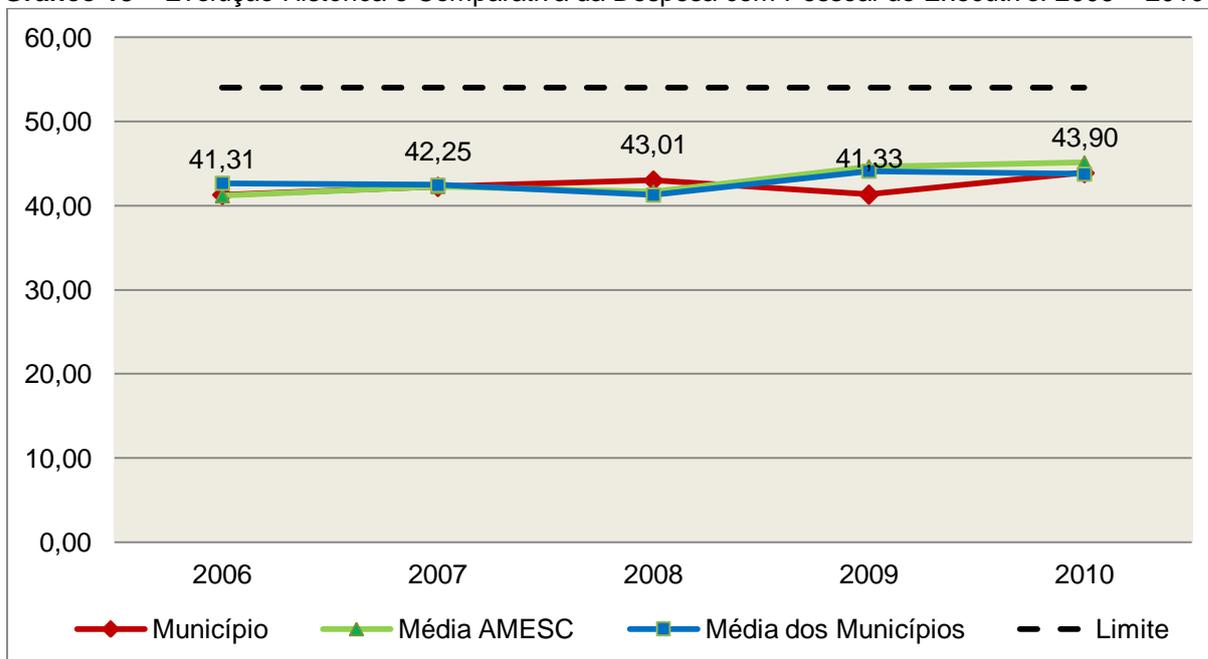
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,90%** do total da receita corrente líquida em despesas com

peçoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

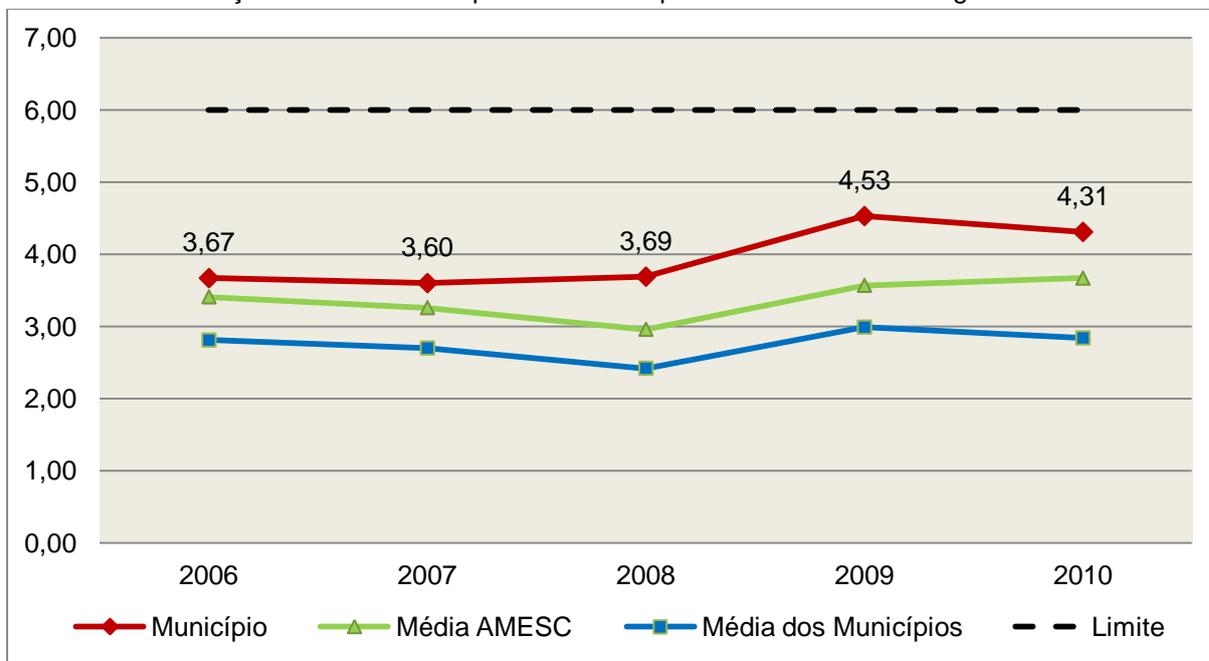
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.057.068,09	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	603.424,09	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	433.727,64	4,31
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	433.727,64	4,31
Valor Abaixo do Limite (6%)	169.696,45	1,69

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **4,31%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Maracajá, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	10/2004, de 02/07/2004					
RESPONSÁVEL	Adenauer E.Serafim	ATO DE NOMEAÇÃO			90/2004, de 20/08/2004	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	27/08/2010	30/09/2010	25/02/2011	10/06/2011	04/10/2011	04/10/2011

A restrição oriunda do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontra-se anotada no Capítulo 8, deste Relatório.

IRREGULARIDADES LEVANTADAS PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

- O Patrimônio não possui registro dos bens (natureza, classe e identificador) que permita sua rápida localização;
- não há controle da frota municipal;
- não há controle de frequência dos servidores (livro, cartão ou folha ponto);
- não existe o controle de horas extras mensais, registradas em livro, cartão ou folha ponto;
- contratações de estudantes através do Programa Bolsa de Trabalho em desacordo com a Lei Municipal nº 804, de 22 de abril de 2010;
- contratação por tempo determinado sem realização de processo seletivo para a admissão em emprego público em diversos cargos, exceto os professores da rede municipal de ensino, que foram contratados mediante processo seletivo simplificado, sendo que a avaliação dos mesmos ocorreu somente por títulos, onde o correto deveria ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos;
- falta de formalização de contratos administrativos para a contratação por tempo determinado;
- não foi realizado o inventário de bens públicos (móveis e imóveis).

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao

princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Maracajá, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no montante de R\$ 47.394,90, representa 0,6% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 7.889.100,73).

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 439 a 447 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 446/447.

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração total dos Conselheiros Tutelares (R\$ 41.256,94) representa 87,04% da despesa total do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, sendo que a mesma está sendo paga com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 8.1 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 506.856,84
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 861.339,17
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	18,11%
4.2) Ensino	25,00%	28,14%
4.3) FUNDEB	60,00%	77,18%
	95,00%	99,23%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	48,21%
b) Poder Executivo	54,00%	43,90%
c) Poder Legislativo	6,00%	4,31%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos

de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Maracajá**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
 - 1.1. Realização de despesas com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 16.246,89** mediante abertura de crédito adicional após o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2.a, limite 3).
 - 1.2. Ausência de realização de despesas com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 5.443,13** mediante abertura de crédito adicional até o primeiro trimestre de 2010, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007) (item 5.2.2.b, limite 3).
 - 1.3. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades levantadas pelo Sistema de Controle Interno (Capítulo 6, deste Relatório);

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 03/11/2011.

FILOMENA MARLI PEREIRA
Auditora Fiscal de Controle Externo

SÉRGIO RICARDO MACIEL
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo

Em 03/11/2011.

SONIA ENDLER
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde – Sistema e-Sfinge – Fontes 23, 64, 65, 66 e 67, fls. 608 a 613 dos autos	367.676,39
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	367.676,39

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	6.840,00
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil	23.272,13
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	882.572,14
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental – APAE	28.000,00
Total das deduções das despesas com Educação Básica	940.684,27

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência	329.519,17
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	329.519,17
Total das deduções das despesas com pessoal	329.519,17

APÊNDICE 1

Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil - R\$ 23.272,13

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Maracajá

Competência: 01/2010 à 06/2010

Função: =12- Educação

Subfunção: =365- Educação Infantil

Especificação Fonte de Recurso: |00 |01 |18 |19

Histórico: merenda

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
1	821	13/04/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	1.479,63	REFTE. FORNECIMENTO DE 172,05KG. DE PAO DOCE DE 50G.(CACHORRO QUENTE), PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1387	15/06/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	465,47	REFTE. FORNECIMENTO DE 52,30KG. DE PAES DOCE DE 50G.(CACHORRO QUENTE), PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1173	19/05/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	495,11	REFTE. FORNECIMENTO DE 55,63KG. DE PAES DOCE DE 50G.(CACHORRO QUENTE), PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1578	14/07/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	476,15	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 34/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 984/2010)
1	2292	14/10/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	526,44	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 34/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1414/2010)
1	2013	14/09/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	824,14	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 34/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1227/2010)
1	2478	09/11/2010	JEAN RICHARD MINATTO ME.	542,81	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 34/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1525/2010)
1	1400	16/06/2010	MARCELO GOMES VARIIDADES EPP.	1.950,00	REFTE. FORNECIMENTO DE 750,00L. LEITE UHT - TETRA PAK, PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	2205	01/10/2010	MARCELO GOMES VARIIDADES EPP.	312,00	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 33/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1343/2010)
1	2204	01/10/2010	MARCELO GOMES VARIIDADES EPP.	468,00	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 33/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1342/2010)
1	2581	25/11/2010	MARCELO GOMES VARIIDADES EPP.	332,92	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 33/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1586/2010).
1	275	10/02/2010	MONTERIQUE GEN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	280,70	REFTE.FORNECIMENTO DE: 15,00KG.ACUCAR REFINADO EMB.1KG.,15,00KG.BANANA BRANCA,5,00KG.BETERRABA,10,00KG.LARANJA,15,00KG.MACA,10,00KG.MAMAO,10,00KG.CARNE BOVINA DE 2ª E 12,00KG.PEITO DE FRANGO, PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	643	23/03/2010	MONTERIQUE GEN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	619,52	REF.:4CHOCOLATADOS EMB.400G,5ACUCAR CRISTAL EMB.2KG,5BOMBONAS AGUA MINERAL EMB.20L,0,500G.ALHO, 10KG.ARROZ PARBOILIZADO,15KG.BANANA BCA., 10KG.BATATA INGLESA,8KG.BETERRABA,6KG.BOLACHAS MARIA,2PCTES.CAFE EM PO EMB.500G,10KG.CARNE BOVI.MOIDA,1KG.CEBOLA,9KG.CENOURA,6KG.COXIA SOBRECIXA FRANGO,3DOCES LEITE EMB.400G,4KG.FEIJAO PTO.,9L.IOGURTE,10KG.LARANJA,60L.LEITE UHT INTEGRAL-TETRA PAK,10KG.MACA NACIONAL,6PCTES.MACARRAO ESPAGUETE EMB.500G,2MINGAU ARROZ,3 OLEO SOJA,10REGANO TEMPERO, 2DZ.OVOS,8KG.PEITO FRANGO,2KG.QUEIJO,2REPOLHOS E 8KG.TOMATE, P/A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1436	17/06/2010	MONTERIQUE GEN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	1.099,72	REF.:6KG.ACHOCOLATADOS,28KG.ACUCAR CRISTAL, 30KG.ARROZ BCO.TIPO 1,30KG.ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1,14KG.BOLACHAS DOCES SORT.,32KG.COXIA E SOBRECIXA FRANGO,26KG.PEITO FRANGO C/OSSO,1DZ.OVOS,40KG. BATATA INGLESA,8REPOLHOS,32KG.TOMATE,5CX.AMIDO MILHO EMB.500G,3KG.FARINHA TRIGO EMB.1KG,3LTAS.FLOCOS CEREAIS(TRIGO, CEVADA, ...)EMB.500G,15LTAS.ARROZ PRE-COZIDO(ADIC.C/VITAM.E MINERAIS),40KG.MACA NACIONAL E

					10KG.FARINHA MANDIOCA, P/A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1188	20/05/2010	MONTERIQUE G EN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	1.937,06	REF.:18ACHOCOLATADOS,45KG.ACUCAR CRISTAL,40KG.ARROZ BRANCO TIPO 1,60KG.ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1,27KG.BOLACHAS DOCE SORT.,49KG.COXA E SOBRECOXA FRANGO,23KG.PEITO FRANGO C/OSSO,10DZ.OVOS GALINHA VERM.,45KG.BATATA INGLESA,12REPOLHOS,23KG.TOMATE,10FERMENTO BIOL.EMB.125G,18CX.AMIDO MILHO EMB.500G,50KG.FARINHA TRIGO,18FLOCOS CEREAIS EMB.400G,25ARROZ PRE-COZIDO (ADIC.C/VITAM.E MINERAIS),50KG.MACA NACIONAL,30KG.FARINHA MANDIOCA E 80GELATINAS PO EMB.35G, P/A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1571	12/07/2010	MONTERIQUE G EN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	762,85	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010 HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 32/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 978/2010)
1	1898	31/08/2010	MONTERIQUE G EN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	1.537,97	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, CARTA CONVITE Nº 11/2010 E CONTRATO Nº 32/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1151/2010)
1	2392	29/10/2010	MONTERIQUE G EN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	1.239,94	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, CARTA CONVITE Nº 11/2010 E CONTRATO Nº 32/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1469/2010)
1	2157	29/09/2010	MONTERIQUE G EN. ALIMENTICIOS LTDA.- ME.	1.293,83	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, CARTA CONVITE Nº 11/2010 E CONTRATO Nº 32/2010 DE 7/5/2010. (Compra Direta Nº 1329/2010)
1	1322	02/06/2010	SAMIRA FREITAS DE SOUZA - ME.	1.329,50	REFTE. FORNECIMENTO DE: 20,00CAFE PO EMB.A VACUO EMB. 500G,70,00KG.CARNE BOVINA 2ªMOIDA,25,00KG.DOCE LEITE,40,00KG.SALSICHA,5,00L.VINAGRE ALCOOL,45,00KG.FEIJAO PRETO E 33,00KG.MACARRAO COMUM TIPO PARAFUSO, PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ.
1	1543	07/07/2010	SAMIRA FREITAS DE SOUZA - ME.	1.198,82	REFTE. AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 38/2010 DE 10/5/2010. (Compra Direta Nº 958/2010)
1	1853	26/08/2010	SAMIRA FREITAS DE SOUZA - ME.	1.997,74	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO No 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO No 38/2010 DE 10/5/2010. (Compra Direta Nº 1117/2010)
1	2262	08/10/2010	SAMIRA FREITAS DE SOUZA - ME.	2.101,81	REFERENTE AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA DAS CRIANÇAS DA CRECHE MUNICIPAL VILA BEATRIZ, CFE. PROCESSO LICITATORIO Nº 12/2010, HOMOLOGADO EM 22/3/2010 E CONTRATO Nº 38/2010 DE 10/5/2010. (Compra Direta Nº 1384/2010)

Total VI. Pago (R\$): 23.272,13 de 23.272,13

Total VI. Liquidado (R\$): 23.272,13 de 23.272,13

Total VI. Empenho (R\$): 23.272,13 de 23.272,13

APÊNDICE 2

Despesas apuradas para fins de cálculo do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do Fundeb com manutenção e desenvolvimento da Educação Básica (art. 21 da Lei nº 11.494/2007)

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010	1.510.515,89
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB - (Sistema e-Sfinge, fls. 623 a 625 dos autos)	5.896,63
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (Sistema e-Sfinge, fls. 621/622 dos autos)	12.274,65
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (Sistema e-Sfinge, fl.631 dos autos)	595,40
(=) Total de recursos do FUNDEB utilizados no exercício de 2010	1.504.733,27

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007)	
Descrição	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (Sistema e-Sfinge, fls. 621/622 dos autos)	12.274,65
(-) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (Sistema e-Sfinge, fl.631 dos autos)	595,40
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	11.679,25